



RASTROS HISTÓRICOS EM *O MAMELUCO* (1882): SOCIEDADE E POLÍTICA NA BAHIA DO SÉCULO XIX

DOI: 10.48075/ri.v26i2.32654

Lara Faria Jansen Franca¹

RESUMO: O presente trabalho tem como propósito apresentar questões de ordem histórica, política e social a respeito da sociedade baiana do século XIX presentes no romance-folhetim "O mameluco", publicado em 1882 no periódico *O Echo Sant'amarense*, com foco para a relação entre a Guerra do Paraguai e a escravização vigente no país à época. Para isso, será traçado um panorama a respeito divulgação desse conflito armado em vários pontos do território nacional e como a literatura e o jornalismo (maior meio de publicação dos escritores oitocentistas) estiverem envolvidas na construção de diversos discursos que impactaram tanto os movimentos abolicionistas quanto os que desejavam a manutenção do sistema em voga. Dessa forma, a pesquisa foi realizada a partir de buscas em fontes primárias de jornais coletados da Hemeroteca Digital, bem como de estudos bibliográficos de autores como Sampaio (2019), Cerqueira (2019), Júnior (2008), Kraay (2012), Silva (2016), entre outros. A partir desse aporte, pode-se concluir como os direcionamentos discursivos, políticos e literários em meios de circulação escrita tiveram grande poder na construção do imaginário popular a respeito da guerra, das discussões em volta do abolicionismo, em suma, da própria identidade de nação ligada a essas questões.

Palavras-chave: O mameluco; Guerra do Paraguai; escravização.

HISTORICAL TRACES IN *O MAMELUCO* (1882): SOCIETY AND POLITICS IN NINETEENTH-CENTURY BAHIA

ABSTRACT: The purpose of this work is to present historical, political and social questions about 19th century Bahian society in the novel-folhetim "O mameluco", published in 1882 in the periodical *O Echo Sant'amarense*, with a focus on the relationship between the Paraguayan War and the enslavement in force in the country at the time. In order to do this, an overview will be drawn up of the dissemination of this armed conflict in various parts of the country and how literature and journalism (the main means of publication for nineteenth-century writers) were involved in the construction of various discourses that had an impact on both abolitionist movements and those wishing to maintain the system in vogue. In this way, the research was based on searches in primary sources of newspapers collected from the Hemeroteca Digital, as well as bibliographical studies by authors such as Sampaio (2019), Cerqueira (2019), Júnior (2008), Kraay (2012), Silva (2016), among others. From this, it can be concluded how the political and literary discursive directions in print media had great power in building the popular imagination about the war, the discussions around abolitionism, in short, the very identity of the nation linked to these issues.

Keywords: O mameluco; Paraguayan War; enslavemen.

¹ Formada em Licenciatura em Letras pela UEPA. Mestra em Estudos Literários pela UFPA. Atualmente, atua como professora de Língua Portuguesa da rede Municipal de Educação de Belém (SEMEC/PMB). E-mail: larafariaf@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Publicado poucos anos antes da abolição da escravatura (1888) e da Proclamação da República (1889), o romance *O mameluco* apresenta questões cruciais na conjuntura de transformações da sociedade brasileira durante a segunda metade do século XIX. Isto é, o tempo do enredo e o tempo de publicação da obra, além de dialogarem entre si com os aspectos históricos levantados, também apresentam recortes essenciais para se compreender o romance de Amélia Rodrigues dentro do sistema literário da época, momento em que a estética realista começa a entrar em voga nos meios letrados. Sobre isso, destaco os contextos das décadas de 60 e 70 do século XIX, quando a Guerra do Paraguai, as discussões sobre o abolicionismo e as campanhas e disputas em torno do declínio da monarquia e ascensão da república eram tópicos frequentes de discussão entre os meios de comunicação do período.

Ambientado no ano de início da guerra (1864), o romance apresenta uma perspectiva crítica da realidade social a partir da contestação sobre as movimentações políticas para a participação do país no conflito, fato esse que impactou diretamente a realidade socioeconômica da Bahia durante o período. Mesmo com uma forte aproximação dos moldes literários do romantismo brasileiro vistos em obras indianistas anteriores ao *O mameluco*, a exemplo de *A lágrima de um Caeté* (1849) e *O Guarani* (1857) é perceptível a criação de um espaço de crítica e reflexão social em uma camada mais sutil e menos aparente do que o romance romântico retratado, fato que chama atenção também para as condições de publicação da mulher escritora no século XIX, além das especificidades vinculadas ao meio em que o romance circulou.

Além disso, também apresenta múltiplos elementos que dialogam com a estética romântica brasileira, principalmente no que diz respeito ao caráter descritivo dos elementos naturais como ambientação para a realidade social local. Em relação a isso, Santos (2010) aponta como a preocupação com a natureza assumiu um papel importante no movimento de construção da imagem de nação entre a independência política do país (1822) e a proclamação da República (1889), circunstância esta que reverberou nos romances regionalistas brasileiros do século XIX com a equiparação de natureza e ser humano como protagonistas da formação nacional, no sentido de tentar equilibrar as características locais (o indígena, o sertanejo e a natureza tropical) com a linguagem estética herdada do lirismo romântico europeu. Dessa maneira, a obra de Amélia Rodrigues também apresenta essa característica ao caracterizar em diversos momentos o cenário local em uma espécie de

retrato da região a partir de uma perspectiva que deixa transparecer, muitas vezes, admiração pelo lugar.

Isso pode ser observado a partir da delimitação do cronotopo da obra a partir de índices temporais e espaciais que contextualizam uma representação do sertão baiano em meados do século XIX, mais especificamente das terras atravessadas pelo rio Paraguaçu. A figura desse rio no romance é significativa tanto por ser um lugar-comum para cenas importantes da trama quanto por representar um elemento contextual da vida social à época, principalmente quando relacionada às atividades produtivas daquele meio. Em vista disso, é possível destacar como a caracterização feita do rio evidencia tanto características geográficas da região como aspectos históricos, a exemplo da formação de expedições para a extração de diamantes em localidades próximas e a formação de um El Dorado brasileiro com o grande deslocamento de pessoas para o sertão em busca das riquezas locais. Sobre esse contexto, Ávila *et al.* (2020) afirmam que o rio, de nome tupi, cumpriu durante séculos um papel de integração na Bahia por servir de entrada para as terras do sertão baiano, tendo no século XIX contribuído para o desenvolvimento do comércio, da produção do café e da mineração, contexto destacado por Amélia Rodrigues ao mencionar o enriquecimento e disputas de poder envolta dos recursos naturais disponíveis no interior da província. Nas palavras da escritora, o rio:

Banhando um terreno riquíssimo de diamantes, recebe como confluente uma infinidade de córregos, dentre os quais alguns leitos parecem formados tão somente das preciosas pedras; e orlando de muitas e belas fazendas de gado ostenta-se majestoso, enorme serpente de prata, espalhando fertilidade e trazendo ao litoral as riquezas do sertão. (...) Quem sabe se não geme com saudades dos tempos em que embalava a piroga do selvagem, ouvindo-lhe o canto de guerra ou retratando as formas da caboclinha faceira que se mirava nele como no melhor espelho! Entretanto, esses tempos já foram, aos gritos dos indígenas sucedeu o silvo da locomotiva, às trevas sucedeu a luz, à solidão da natureza esplêndida, que o rodeava somente, sucederam a civilização, a indústria, o caminho do progresso (Rodrigues, 2022, p. 12).

Além disso, Lilia Schwarcz (2014) menciona como o projeto de nação pautado em materiais visuais executado durante o segundo reinado, por meio do financiamento de telas de artistas como Pedro Américo e do incentivo à fotografia, esteve diretamente associado ao indigenismo romântico no que diz respeito aos modos de compor a paisagem dos trópicos, uma vez que a literatura em obras como a de Gonçalves Magalhães e Gonçalves Dias já havia iniciado com sucesso o processo para esse modelo de representação. Assim, tanto o retrato da natureza quanto a interpretação idealizada do bom selvagem perpassariam pelas lentes desse ideal civilizador ao serem “representados ora de maneira pacífica e idealizada (coerente

com a literatura romântica de época), ora como mortos ou que viriam a morrer.” (Schwarcz, 2014, p. 400). Dentro dessa perspectiva, o capítulo que apresenta o romance entre um rico herdeiro português com uma nativa é revelador no que diz respeito a alguns aspectos do personagem indígena na produção ficcional oitocentista. Com efeito, a presença dessa figura no romance destaca tanto a imagem heroica e idealizada do nativo, como também mostra a visão do homem branco a respeito deles ao evidenciar uma visão associada ao imaginário selvagem/bárbaro desses povos.

Soma-se à essa construção crítica a questão da situação do indivíduo negro durante o século XIX em diversos aspectos e papéis, com destaque para a questão paternalista, a qual é uma característica que é muitas vezes encontrada em romances de cunho abolicionista, de acordo com Goés Benevides e Lontra Fagundes (2019), por meio da representação do sentimento de gratidão pela ausência recorrente de um tratamento violento ou supostas benesses dadas aos escravizados a partir do convívio com os brancos, como também pela dinâmica da concessão de alforrias na construção de um senhor de engenho mais humanizado, fundamentado uma aparente relação de filantropia senhorial que, ao contrário de garantir direitos constitucionais aos cativos, reforçava a necessidade da manutenção desse sistema escravocrata. Conseqüentemente, a questão do negro também é explorada por meio de diferentes construções que ora evidenciam uma denúncia social das condições as quais os escravizados eram submetidos, ora reforçam a estrutura escravista por meio da linguagem ou da nuance paternalista que atravessa o enredo. Nesse sentido, o sujeito negro é representado em situações e posicionamentos diversos a respeito da tensão entre tradicionalismo e progressismo discutidos na sociedade à época.

Em relação a isso, Juliana Muñoz (2019) destaca que a presença do personagem negro na literatura brasileira é deslocada para o centro da narrativa ficcional a partir da segunda metade do século XIX, mais especificamente no período abolicionista, de modo que representa também a cooperação dos intelectuais brasileiros na definição da alteridade nacional, ainda que fundamentada em ideias eurocêntricas. Assim, a pesquisadora afirma que o negro é apresentado por meio de diferentes facetas como a do cativo sofredor e melancólico, do servo como fonte de inspiração para produções opositoras ao sistema escravista, do escravizado nobre e submisso, da escravizada sexualizada, do negro infantilizado e indefeso, do negro feio, do negro imoral ou vingativo, entre outras. Em meio a essas diferentes expressões, este estudo terá como foco a figura do negro escravizado e a

relação de manutenção de sua subalternidade dentro das movimentações políticas ligadas à Guerra do Paraguai, bem os reflexos dessa conjuntura no romance *O mameluco* (1882), de Amélia Rodrigues.

ENTRELAÇAMENTOS POLÍTICOS E LITERÁRIOS NO SÉCULO XIX

A respeito da guerra, Amélia Rodrigues tece uma das poucas críticas expostas de maneira explícita e contundente ao longo de todo o romance, sendo, inclusive, reservado o espaço de um capítulo inteiro para expor a sua posição a respeito das decisões políticas do país em tal conjuntura histórica. Além disso, o contexto em que a autora publica o romance, doze anos depois do fim da guerra, é um momento muito conturbado e amplamente impactado pelas repercussões e disputas internas que começaram a se expandir pelo território durante o período da guerra, como as discussões sobre os impactos econômicos e sociais do movimento abolicionista e as disputas político-partidárias entre liberais e conservadores sobre as formas e rumos de governo no Brasil. Logo, para se compreender alguns aspectos na composição do romance, bem como a posição que a autora assume perante os discursos circulantes sobre esses temas, esta seção irá percorrer brevemente sobre os principais pontos que constituíram os dois recortes temporais destacados, além de identificar suas relações com a obra em questão.

Iniciada no ano de 1864, a Guerra do Paraguai assumiu muitas faces para a política e a sociedade brasileira do século XIX, principalmente quando se fala em questões envolvendo conflitos raciais e o embate entre os discursos abolicionistas e tradicionalistas, tema ao qual Amélia Rodrigues também não foge ao expor como a guerra foi usada para perpetuar a percepção objetificada e cruel para com os povos inferiorizados dentro de um sistema escravocrata já em crise devido as mudanças econômicas e sociais que aconteciam à época. Dentro dessa perspectiva, as peculiaridades da província da Bahia no que diz respeito as questões como escravização e mestiçagem, temas presentes no romance, e suas relações com as decisões político-econômicas também constitui um aspecto central na discussão sobre a guerra.

Principalmente quando a escritora delimita indivíduos sociais específicos que foram impactados por essas diretrizes políticas em seu romance, a exemplo do personagem Fernando Santa Luz, descrito como mameluco e marcado desde o título da obra como peça central dentro das movimentações, apoios e contestações representativas do contexto de

guerra. Em relação a isso, é interessante destacar as delimitações de significado da palavra mameluco, uma vez que ela se encontra atravessada por todas as questões apontadas anteriormente. De acordo com Paiva (2015), apesar de o termo ter origem árabe, para se referir tanto a escravos quanto a membros de milícias turco-egípcias (escravos caucasianos de orientação islâmica), ele sofreu algumas modificações até a sua introdução no contexto colonial brasileiro, onde passou a designar os filhos oriundos do processo de mestiçagem, principalmente de uniões entre brancos e indígenas, de forma semelhante à acepção corrente durante o período medieval Português, na qual identificava as crianças nascidas de uniões entre portugueses e mouros.

No que diz respeito ao contexto do conflito, Marcos Vaz Sampaio (2019) aponta que a Guerra do Paraguai teve importante influência na recuperação econômica da província da Bahia na década de 1860, em relação a crise vivida durante a década de 1850. A eclosão dessa guerra permitiu a extensão de um momento propício no desempenho econômico da região, a exemplo do crescimento de exportações que dinamizaram o mercado local. No entanto, para além dos efeitos positivos, tal conjuntura também evidenciou a economia frágil, a alta concentração de renda, baixa monetização e dinamização fundamentada em um modelo primário-exportador que dependia de fatores externos para alavancar sua expansão e crescimento local, fatores que colocam em evidência o embate entre tradição e progresso na segunda metade do século XIX mencionado anteriormente por Queiroz (2022).

Dentre os muitos eventos ocorridos na década de 1850 e que prejudicaram o desenvolvimento local baiano, o autor destaca a instabilidade da política monetária em razão da disputa entre papelistas (em prol da descentralização emissora da moeda) e metalistas (em prol da centralização e restrição da moeda), a epidemia de cólera-morbo (1855), a grande seca (1857) com repercussões na agricultura de subsistência e pecuária, a crise internacional de 1857 de superprodução agrícola dos EUA durante a Guerra da Crimeia (1853-1856) com efeitos deletérios posteriores no Brasil e a escassez de moeda circulante. De acordo com Vaz Sampaio (2019), esse período correspondeu a um momento de declínio das correntes de comércio e das exportações baianas em um quadro econômico que só irá apresentar melhoras a partir do período de guerras da década de 1860, mais especificamente com a Guerra de Secessão (1861-1865) e a Guerra do Paraguai (1864-1870). Logo, percebe-se que a propaganda (veiculada por meio de depoimentos, notícias, cartas e outros gêneros em torno do tema) em favor da participação do Brasil na guerra tem um fundo mais amplo do que a

chamada pelo patriotismo da nação ou a defesa territorial da bacia platina para livre navegação, sendo também movida por interesses da elite e de representantes políticos de regiões que passavam por crises econômicas.

Em vista disso, a recuperação do desenvolvimento local e o crescimento no desempenho econômico da província se deu tanto por causa da supressão de áreas de produções agrícolas estadunidenses que eram concorrentes às mercadorias de origem baiana, de forma que produtos como o algodão, o açúcar e o fumo conseguissem penetrar em regiões antes atendidas pelas partes em conflito na Guerra de Secessão, quanto pelas medidas adotadas pelo governo imperial no curso da Guerra do Paraguai. Ao citar Waldemar Mattos (2011), o autor aponta que esta última guerra, ao mesmo tempo que desfalcou a força trabalhadora da lavoura baiana ao direcionar a soma aproximada de quase vinte mil homens para o conflito, impulsionou o comércio exterior da província com relações mercantis pautadas na vitalidade do crescimento financeiro, em vista das desvalorizações cambiais que estimularam as exportações do período e o aumento das emissões de papel-moeda (para financiar os esforços de guerra e manter o dinamismo econômico durante os momentos de instabilidade) que, mesmo com prejuízos, aqueceram o mercado doméstico e fortaleceram as estruturas produtivas locais.

Além disso, para o autor, outro fator propício foi o afastamento do território baiano das regiões diretamente envolvidas no conflito. Em suma, a Guerra do Paraguai (1864-1870) estimulou uma política financeira mais flexível, fato que favoreceu a expansão da atividade econômica em locais como a Província da Bahia, a qual manteve como cerne de seu desenvolvimento econômico um modelo primário-exportador de alta concentração de renda pela elite provincial. Ou seja, é possível perceber como o uso da guerra a partir de um viés positivo na contribuição do desenvolvimento de uma região também foi um fator que atravessou as construções ideológicas sobre a importância do conflito na formação de uma identidade e nacionalidade dita brasileira.

Em conformidade com a perspectiva de usos da guerra para além da justificativa de defesa da nação, Cerqueira (2019) também expõe os diferentes interesses em jogo no que diz respeito a participação do país no conflito ao apontar as disputas ideológicas a partir da análise discursiva de grupos políticos concorrentes nos periódicos do século XIX. Neste sentido, a pesquisadora busca demonstrar como os jornais foram usados em tentativas de construções ideológicas a respeito da ideia de nação durante o interstício da Guerra do

Paraguai e a década posterior a ela a partir do mapeamento de posicionamentos contra e a favor tanto da guerra quanto da manutenção da monarquia.

Segundo Reis (2008 *apud* Cerqueira, 2019, p. 57), a própria imprensa do período estava ciente da influência que exercia no debate público acerca de determinados assuntos políticos, tal como é possível perceber a partir da percepção do jornal *Noticiador de Minas* (1868-1873) ao descrever essa instituição como uma espécie de quinto poder (ao lado do Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador). Ou seja, a imprensa (e inclui-se aqui a literatura como uma parte constitutiva) também assumiu muitas vezes, segundo Cerqueira (2019), o lugar de artifício político, uma vez que era o lugar de alcance para reflexões, reivindicações e protestos perante a sociedade.

Dessa forma, a imprensa do século XIX, mais especificamente nas décadas de 60 e 70, vai desvelar embates políticos e sociais a respeito do papel da guerra para o Estado brasileiro, com destaque para a criação de sentidos positivos de reconhecimento e integração da população durante os anos de conflito. De acordo com a autora, grande parte dos periódicos analisados buscaram construir e reforçar o poder simbólico do Estado Imperial e apoiar o exercício de poder da monarquia a partir do partido conservador, de modo que as propagandas e notícias da participação do Brasil na guerra eram veiculadas a partir aspectos supostamente necessários para a sociedade, além de pintar uma imagem heroica do país.

Como exemplo Cerqueira (2019) traz o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro (1827-2016), editado pelo próprio chefe dos Voluntários da Pátria no período em questão, além de contar com uma coluna de autoria de D. Pedro II. De caráter conservador e de estímulo às estratégias políticas do governo imperial, o jornal publicou notícias e cartas particulares a respeito dos acontecimentos políticos mais expressivos do período, bem como constituiu o espaço intelectual onde se deu início ao que a autora denominou de desenvolvimento de uma cultura nacional nos anos finais da guerra, ideia a qual os representantes e apoiadores da monarquia se apropriaram para tentar solidificar uma política de transição. Além disso, outro periódico pioneiro na vinculação da guerra com uma identificação nacional como uma estratégia política foi o *Jornal Diário de São Paulo* (1865-1878) ao trazer discursos de característica apelativa aos leitores, de modo a criar uma motivação para o alistamento nos corpos de Voluntários da Pátria:

As fadigas da campanha não são todos os dias, nem todas as horas. A vida do soldado em campanha tem também, seu recreio, suas aventuras, mas quando fosse uma vida toda de penas e de fadigas, não se terá em conta o dever, de defender os próprios lares, e de vingar a honra nacional? Cada casa incendiada, cada rez arrebanhada,

cada palmo de terreno pisado pelo inimigo bárbaro não são uma exprobração de covardia ao brasileiro que o consente? Não são outros tantos desafios atirados a sua face pelo bárbaro guarani na presença do mundo espectador? (Jornal Diário De São Paulo, São Paulo, 8 ago. 1865 *apud* Cerqueira, p. 94, 2019).

Segundo Cerqueira (2019), essa foi uma medida propagandística e de incentivo necessária, uma vez que no decorrer do primeiro ano de conflito os números de indivíduos inscritos para compor os batalhões começaram a cair, fato que posteriormente contribuiu para o recurso governamental de lotar escravizados nos campos de batalha. Além disso, a autora também evidencia outras publicações relacionadas ao uso da guerra para a legitimação de uma cultura nacional atrelada a Coroa como, por exemplo, as cobranças para a garantia de pagamento de pensões e honrarias militares para os que serviram militarmente; a discussão de medidas governamentais em forma de lei para a construção de uma memória de guerra por meio ações simbólicas, como a concessão de medalhas, para aumentar o orgulho e a identificação nacional da população com os chamados heróis de batalha; a divulgação da visita do imperador D. Pedro II como o “voluntário número 1” no campo de batalha em Uruguiana (1865) em uma demonstração patriótica; entre outras matérias e colunas que colocavam a guerra como um fator de autoafirmação do Estado Nacional.

Sobre isso, a autora destaca que esse período corresponde a um momento em que o Estado submeteu o território nacional a uma ação coercitiva legitimada, na medida em que controlava os meios dessa coerção a partir do exército, da intelectualidade por trás da imprensa, e das relações com os homens em cargos públicos ministeriais. Dessa forma, a autora afirma que todas as movimentações políticas ocorridas na imprensa oitocentista só puderam ser possíveis porque a intelectualidade da época não estava desvinculada do fazer político, bem como de posições dentro das ideologias correntes, uma vez que os escritores e redatores muitas das vezes também eram ocupantes de cargos de governo. Ao citar Smith (1991 *apud* Moreno, 2014), a Cerqueira (2019) também aponta para o lugar dessas representações escritas no embate discursivo que perpassou a compreensão de identidade nacional (e que penetrou também no fazer literário). Assim, tanto a Guerra do Paraguai quanto a imprensa periódica, por meio de diversos grupos intelectuais da época, inclusive literatos, foram usados para forjar uma espécie de identificação nacional entre governo, território e população:

Durante o desenrolar da guerra, a imprensa periódica do Império serviu-se dos acontecimentos dos campos de batalha para proporcionar o estímulo para as razões do conflito como algo necessário, pois era a defesa de uma causa dita como nacional, já que habitávamos o mesmo território, e os intelectuais do IHGB já haviam escrito narrativas que davam sentido a essa ideologia. Da mesma forma, por meio da

guerra, ajudava a construir um discurso legitimador a fim de que essa identidade nacional se consolidasse atrelada a ideia da Monarquia (Cerqueira, 2019, p. 93).

Entre outros destaques nos jornais, a autora também traz a reconstrução de cenas de guerra, de forma a retratar a face heroica do país e buscar firmar a instituição monárquica como poder soberano e estável:

Exemplos também de dedicação não lhes faltavam para robustecer o sentimento de patriotismo que os dominava. Quando reapareceu no exército o Visconde do Herval, com o rosto amarrado e sua gloriosa ferida ainda aberta, para tomar parte na campanha que se iniciava, não se pode calcular o entusiasmo que esse fato produziu. Era mais uma garantia da vitória para nós, porque a confiança nos chefes é a primeira condição de triunfo (*Jornal Do Comércio*, Rio de Janeiro, 10 de jan. de 1870. BN/RJ *apud* Cerqueira, p. 98, 2019).

Na Bahia a situação retratada pelos jornais e periódicos não foi diferente, uma vez que um número considerável tomou parte do governo imperial em relação ao apoio para a entrada e o prosseguimento do Brasil na guerra, a partir de uma linha discursiva similar à dramatização dos acontecimentos nos campos de batalhas para a construção de laços entre a comunidade e a monarquia por meio de uma brasilidade homogeneizadora. De acordo com Cerqueira (2019), essa foi uma estratégia amplamente difundida no território nacional como forma de preservar a união perante as instabilidades políticas e as incipientes declarações em favor da república, principalmente por parte dos grupos contrários a guerra. Como exemplo de periódico que aderiu a esses procedimentos, destaco o *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (1823-1889)*:

Figura 1 – trecho da matéria “Guerra do Paraguay”, edição 01 (1870)

A guerra do Paraguay, quando bem conhecida e apreciada, constituirá um dos grandes acontecimentos do seculo, pela inaudita pertinacia da defeza e pelo heroismo do ataque. Por ella tem o Brasil uma pagina brilhante e gloria indispensavel na historia americana, gloria que tendo sido sellada com o generoso sangue de tantos bravos custou ao Imperio a vida de muitos filhos illustres, entre os quaes veio ultimamente procurar o seu logar de honra na gratidão e memoria dos povos, o intrepido general João Manoel Menna Barretto, morto no ataque e tomada de Peribebuy.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Em relação a esse acontecimento como um contexto do romance, Amélia Rodrigues, mais de uma década depois, apresenta no enredo um posicionamento crítico a respeito da adesão do país a guerra ao retratar as circunstâncias em que homens pobres, mestiços, negros, incluindo aqueles que eram escravizados foram detidos por senhores de terra com o intuito de serem enviados em contingentes para oficiais do exército. Acrescente-se a isso a denúncia a respeito das formas de inserção no movimento Voluntários da Pátria, o qual, segundo Júnior (2008), era uma das principais fontes de insatisfação social para a população

do interior da província, uma vez que o recrutamento para o Exército de Linha tinha como alvo todos aqueles que não se encaixavam na condição de votante. Segundo o autor, os grupos mais marginalizados compreendiam a guerra como outra forma de trabalho forçado, situação essa que criou uma resistência aos comandos locais e governamentais e gerou conflitos de combate corpo a corpo e armados na tentativa de resgatar os recrutados à força pelo governo. Em relação a isso, o trecho abaixo exemplifica uma dessas faces do recrutamento:

No pátio fronteiro à casa, alguns grupos de negros e mulatos falavam, gesticulavam e caminhavam, algumas mulheres choravam, um velho abraçado a um rapaz queixava-se amargamente e, de vez em quando, algumas gargalhadas de zombaria misturavam-se a tudo isso.

(...) Era uma cena estranha naquele lugar: o recrutamento de soldados para o Paraguai, o tributo de lágrimas, o imposto de sangue que a pátria requeria.

(...) – Onde arranjou esses?...

- Homem, o que não falta é gente vadia e robusta, ótima para a guerra. São dois vaqueiros daqui mesmo, o neto daquele velho que está ali a lastimar-se e aquele outro que está falando àquela rapariga, o Fernando Santa Luz.

- E você teve ânimo de arrancar esses rapazes a sua família?

- Ora! Que me importam as lágrimas de quatro mulheres velhas? Choram hoje, amanhã estão se rindo (Rodrigues, p. 25-27, 2022).

Nesta cena é possível observar como a escritora descreve a prática do recrutamento para a guerra, levantando indícios de que o movimento de inscrição de soldados para postos oficiais foi bem mais complexo em comparação com as campanhas de voluntariado divulgadas pelo governo. Além da venda de escravos para o exército, muitos homens livres também não escaparam de serem submetidos a uma filiação imposta devido a cor da pele, origem e condição social, como aconteceu com o personagem de Fernando Santa Luz. Descrito como vaqueiro por José de Souza, proprietário de terras da vizinhança e responsável pela captura forçada de possíveis soldados, Fernando é apresentado como um homem livre de ascendência indígena materna que perdeu o direito de sucessão sobre herança do pai, também dono de uma fazenda prospera, devido a sua linhagem se considerada socialmente inferior. Diante disso, é perceptível como a questão da mestiçagem foi usada como um meio de marcar o não-lugar e de fragilizar direitos para os descendentes de grupos sociais considerados inferiores durante a guerra, crítica também presente no romance, com atenção para a problemática dos significados subjacentes ao uso do conceito de miscigenação com teor patriótico durante e posteriormente ao conflito com o intuito de mascarar a violência e o extermínio desses povos.

Sobre isso, de acordo com o estudo de Kraay (2012), as movimentações a favor da Guerra do Paraguai intervieram diretamente na política racial brasileira no início da segunda metade do século XIX, momento em que o país ocupava o lugar de maior sociedade escravista

da América. Em relação a isso, o autor traz a interpretação de Chiavenato (1983, 1980 apud KRAAY, 2012) a respeito da guerra ser utilizada como um meio para aprofundar uma política genocida para com os negros e afrodescendentes do país, de forma que os recrutamentos de escravizados foram usados como “bucha de canhão”, isto é, como dispensáveis diante do confronto com as tropas inimigas. No entanto, é preciso destacar que muitos indivíduos negros à época já não se encontravam na condição de cativo, de forma que, a despeito das posições e decisões do governo, a resistência se estendia a campos para além do de batalha. Além disso, o autor também cita Cunha (2000) e Silva (1997), para desvelar a complexidade com que a Guerra do Paraguai contribuiu para o desenvolvimento da consciência de nacionalidade a partir de experiências racialmente compartilhadas, tanto fundamentadas em aspectos discriminatórios quanto em tentativas de criar o sentimento de pertença à nação para diferentes grupos histórico-sociais.

Nessa rede intrincada de movimentações de soldados para a guerra diferentes posicionamentos políticos tomaram parte no conflito, entre eles os já mencionados Voluntários da Pátria (1865), os quais eram pleiteados com incentivos para a contribuição na guerra; os “voluntários” cooptados pelas redes de clientelismo gerenciadas pelos senhores de terra que arregimentavam dependentes e escravizados para o alistamento militar em troca de honrarias, recompensas e outros interesses da elite econômica; as doações para instituições públicas, particulares e figuras políticas que contribuíram para criar uma consciência favorável às ações do Estado durante a guerra, de modo também a aumentar a publicidade de qualquer apoio referente ao patriotismo, uma forma de reforçar o mito do voluntarismo para retratar a guerra de um modo aceitável pela sociedade. Em vista disso, Amélia Rodrigues (2022) destaca como a elite tradicional do recôncavo baiano se apropriou das chamadas para a guerra com o intuito de se beneficiar de um status social em voga:

- Sr. José de Souza – disse ele, limpando a gota de pranto -, esta lágrima de minha filha não será baldada. Peço-lhe que deixe ir-se o Fernando.
- E meu neto! E meu neto também! ... Se me roubar o meu neto eu morrerei de fome e de pesar!
- E o velho agarrava as pernas de Avilez com febril desespero.
- E o neto deste homem também... – acrescentou Paulo.
- José de Souza mudou de cor.
- É impossível, meu amigo!... Tenha paciência, estou comprometido!
- Ora!... – tornou o português, sorrindo-se. – Impossível é uma palavra banal às vezes. Diga que fugiram no caminho ou outra coisa qualquer.
- Mas eu dei minha palavra ao major!... Fiquei de mandar quatro homens hoje!... Há oito dias mandei três, há três dias mandei quatro e ainda devo um para perfazerem os doze que prometi para vir-me a patente...
- Ah!... Tem de vir-lhe mais uma patente?...

- Sim... não sei... provavelmente...
- Pois eu me encarrego do desencargo de sua honra; se quiser tomo a responsabilidade; ou – o que será melhor – compro-lhes a praça em sua mão: aceita?... (Rodrigues, p. 28-29, 2022).

Além das redes locais de clientelismo, a mobilização de companhias militares negras na Bahia que atuaram a serviço do Estado também constituiu uma frente de compor os batalhões brasileiros. Intitulados de zuavos baianos, Kraay (2012) os descreve como grupos de homens que buscaram ampliar a compreensão de cidadania, de pertencimento à nação e, conseqüentemente, do que viria a ser nacionalidade por meio de feitos heroicos e vitórias durante a guerra. De acordo com o autor, a proposta para tais companhias partiu de fora do exército, uma vez que este era oficialmente, a partir de 1837, uma instituição que desconsiderava a cor no seu processo de recrutamento, com vistas a aumentar o seu efetivo, de modo que a organização de soldados a partir de um mesmo grupo social ou de um único fenótipo não era possível. Logo, a mobilização de negros e mestiços organizados em companhias próprias em direção à guerra para defender o país surgiu a partir de uma mobilização patriótica nos anos de 1865-1866, a partir de um discurso histórico de mobilização e participação dos negros em conflitos de Estado anteriores, como o episódio de luta pela independência nos anos de 1822 e 1823 que terminou com a inserção da Província da Bahia na unidade nacional brasileira a partir da contribuição dos couraças baianos; e a Sabinada (1837-1838), de modo a invocar a figura do herói negro no percurso de formação do Estado em uma retórica que sugeria uma tradição de serviço patriótico por parte dessas companhias.

No que diz respeito às suas formações, Kraay (2012) destaca que as poucas fontes sobre elas sugerem que eram compostas tanto por voluntários (no que concerne aos mecanismos de atuação de discursos heroicos em favor do negro e aos incentivos de participação, como recursos financeiros e prestígio social) quanto por recrutamentos forçados e pela prática do clientelismo. A complexidade envolta na formação dessas companhias envolvia também a solidariedade entre zuavos e escravizados, uma vez que o recrutamento destes sem a anuência de seus donos criava uma imagem duplamente oposta entre a filiação forçada e a ajuda na fuga de cativos e posterior libertação dos homens recrutados, uma vez que a condição de soldado enfraquecia o direito de propriedade do dono. Logo, entre recusas e apoios por parte da sociedade, as companhias de zuavos ganharam destaque em jornais da época, homenagens, festejos e desfiles em nome das vitórias do exército brasileiro na guerra.

Contudo, segundo o autor, a recepção e atuação dessas companhias foram interrompidas por uma política de separação dos soldados zuavos, além de terem sido marginalizados pelo próprio exército após as vitórias conquistadas. Entre as formas de dissolução do ideal revolucionário criado pelas companhias, destacam-se o impedimento da graduação oficial para além do cargo de capitão e a lotação em cargos de faxineiros e enfermeiros no intuito de reiterar a ideologia escravocrata com o apagamento dos oficiais negros que participaram da guerra. Conforme o autor, as frentes de enfrentamento e superação do paradigma escravista e discriminatório, além de manifestações, revoltas e criação de espaços de resistência (quilombos), também perpassou pela tentativa de integração da população negra junto aos que correspondiam a um ideal de cidadão, por meio da contribuição para a proteção do país. No entanto, após o uso do patriotismo de grupos marginalizados, a cultura política do Brasil não estendeu a mesma abertura que os soldados zuavos haviam vislumbrado no recrutamento militar, de forma que suas reivindicações a respeito da integração à sociedade e exercício da cidadania não encontraram ressonância no pós-guerra brasileiro, apesar de terem contribuído para a ampliação dessa discussão nas décadas posteriores.

Além disso, sobre essa questão Silva (2016) expõe como a admissão de escravizados no exército foi executada de diversas maneiras, entre as quais destaca as doações por parte de proprietários como forma de demonstração patriótica, as substituições de convocados por cativos (posteriormente sucedida pelo pagamento de uma quantia determinada) e a compra de alforrias em troca da entrada de homens nos campos de batalha, sendo esta última a principal fonte de recrutamento na Bahia. Dessa maneira, a compra da liberdade de escravizados, então, é perpassada por diferentes discursos em voga, tais como a reivindicação abolicionista e situação econômica do país, a qual já apresentava indícios de mudança do paradigma produtivo devido, em parte, à promulgação da Lei Eusébio de Queirós (n. 581 de 1850) e às novas possibilidades de investimento de capital para a ampliação do mercado consumidor e sustento do sistema financeiro.

Assim, conforme a pesquisadora, os jornais baianos foram usados para a divulgação de compra de cativos e convocação de proprietários para enviarem homens aptos ao exercício serem submetidos a avaliação dos agentes de governo espalhados pelo território, juntamente com tabeliões, advogados e procuradores. Dessa maneira, as negociações encaminhadas pelo governo, ainda que tivessem em comum a condição obrigatória de alforria para a vinculação

ao serviço militar, nada mais do que reiterava os moldes do sistema escravista, desta vez justificado pela guerra (Silva, 2016). Sobre isso, Rodrigues (2001) destaca um poema que faz alusão à prática de venda de cativos ao governo, embora destaque não ter encontrado nenhum registro comprobatório de concessão de patentes aos proprietários:

Eu tinha um mau escravo, adoentado,
Verdadeiro tormento, endiabrado
Libertei-o, ao governo ofereci-o
A fim de eu também ser condecorado
O que era meu desgosto, é minha glória
De quem era capoeira fiz soldado!
O querido Decreto publicou-se
Enfim, também eu fui condecorado!
La vai a guerra o grande capadocio,
Da rosa o peito meu eis adornado
É belo assim servir a pátria nossa,
É belo ser assim condecorado!
Ingênuo patriota! Não, não ide
Sofrer de uma campanha o escuro fado!
Ficai, livrai-nos de maldito escravo
E aqui mesmo sereis condecorado (Jornal *O Alabama*, 1º de agosto de 1867 *apud* Rodrigues, p. 116, 2001).

Em contrapartida, muitos periódicos também foram contrários a entrada do Brasil na guerra com críticas que também dialogavam com a tônica apresentada por Amélia Rodrigues em seu romance. A esse respeito, Cerqueira (2019) destaca o jornal *A Reforma: órgão democrático* do Rio de Janeiro (1869-1879), autodeclarado como oposição do governo monárquico e apoiador de reivindicações como o início do processo de abolição a partir da Lei do Ventre Livre, a reforma eleitoral, o voto direto em cidades com habitantes superior ao número de dez mil, separação das funções judiciárias e policiais, entre outras, de forma a transitar ao lado do Partido Liberal. Segundo a autora, o jornal buscou trazer ao público acusações sobre os reais usos da Guerra do Paraguai contra a amplamente veiculada defesa do conflito como sendo um mal necessário para a estabilidade social, de forma a questionar o governo sobre verdades e informações omitidas acerca dos acontecimentos da guerra, a exemplo da instalação do governo provisório no Paraguai e a divulgação do status de guerra nos anos finais. Ademais, o periódico *A Regeneração: Jornal da Província de Santa Catarina* (1868-1889) também atuou nessa vereda de exposição de medidas imperiais que sacrificou pessoas e as necessidades de um país em prol da manutenção de um regime político, se aproximando ideologicamente do jornal anterior, principalmente pelo longo período em que o governo manteve o país na guerra, mesmo quando chefes de tropas ordenavam a retirada de batalhões:

Assim, toda a imprensa platina suspeitava que a permanência do Brasil na guerra não só foi para tirar do julgo de um governante déspota, opressor de seu povo, como muitos jornais o descreviam, o objetivo era dominar o Paraguai de acordo com sua vontade para manter a hegemonia na região (Cerqueira, p. 68, 2019).

Mesmo o *Jornal do Commercio*, apoiador do monarca, também deu publicidade para análises críticas e contestações do conceito de identidade e cultura nacional a partir dos usos da guerra para o controle e homogeneização do país, a exemplo de uma carta particular anônima veiculada no momento do pós-guerra:

Grandes foram, na verdade, as provocações porque passamos; uma guerra infelizmente mal principiada, e por muito tempo mal dirigida, que absorveu enormes somas de capitais, esvaídos nem sempre por força da necessidade imperiosa, mas pela má gestão dos negócios públicos, não podia deixar de empobrecer-nos muito, e de inabilitar por largo tempo de podermos extinguir os horrorosos déficits, que atualmente pesão sobre o país inteiro. Se ao consumo improdutivo de tantos capitães aduzirmos o dos braços, que desaparecerão do cultivo da terra e da indústria, teremos completado a severa lição que a pesada mão da Providência nos deu (CARTA PARTICULAR, Ouro Preto — Minas Gerais (06/01/1870). *Jornal do Comércio*, 20 jan. de 1870. BN/RJ apud Cerqueira, p. 60, 2019).

De acordo com Cerqueira (2019), ao expor a crítica sobre a entrada do Brasil na guerra, o autor anônimo coloca a Coroa como responsável pelo aumento das dívidas do país, uma vez que, segundo a autora, o empréstimo à Inglaterra se tornou comum para equipar e manter o exército e embarcações necessárias, além do aumento geral das despesas no território. Além disso, a pesquisadora também aponta para a complexidade envolta nos discursos políticos sobre a participação na guerra quando desvelados pela perspectiva econômica e como eles, conservadores e liberais, dialogavam e divergiam de um mesmo ponto por motivações distintas, a exemplo da insatisfação da elite agrária com a participação de alforriados nas frentes de combates. Isso porque a ida desse grupo desbastecia a mão de obra braçal base de sustentação em diversas atividades econômicas, além do receio com o aumento do debate e apoio ao processo abolicionista no pós-guerra, uma vez que o decreto de libertação de homens cativos que serviram como soldados se somou a outras reivindicações no cenário político. Fato esse que contrasta com a política de embranquecimento do país ao colocar os negros nas frentes de batalha, como também com as diferentes formas de luta pela emancipação política, principalmente de um país cuja estrutura estava fundamentada no sistema escravocrata e que liderava um conflito em prol da liberdade de outro povo.

De maneira análoga, o jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro (1868-1872) procura rebater e criticar o patriotismo veiculado por outros jornais, uma vez que para seus autores ele nada mais era uma forma de apropriação do monarca para a fundamentação de poder,

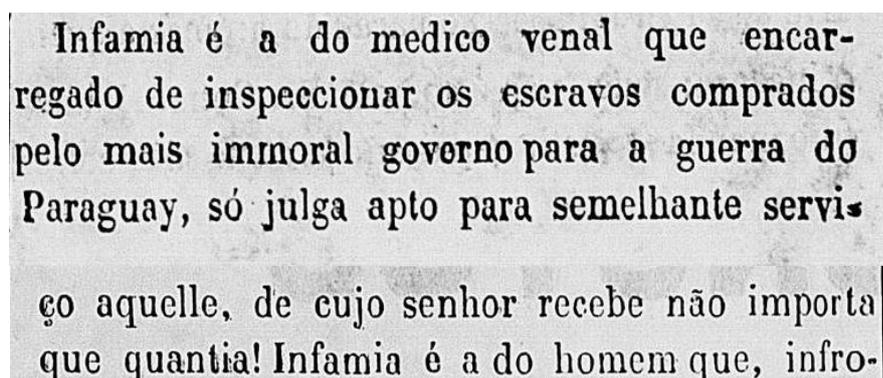
como também não correspondia a uma ação de defesa da nação. De acordo com a autora, o jornal compreende o uso da guerra como esteio para manobras políticas:

A solução. E com o rubor nas faces que vamos traçar estas linhas. Que éramos oprimidos já o sabíamos, mas nunca suspeitamos que se ousasse juntar tanto escárnio pelo ministério! Está hoje infelizmente mais que averiguado e patente que quando ele mandou os seus janirazos da imprensa embocar em tuba guerreira não tinha em mente a defesa da honra nacional, só tratava de argumentar e aperfeiçoar os recursos da funesta ditadura com que nos está esmagando e arruinando. A grande celeuma levantada pelas vozes mercenárias dos articulistas ministeriais só tinha por fim ameaçar a uns com o fantasma da guerra, a cujo pretexto tantos vexames, tantas perseguições os governos costumam praticar, a outros anunciar (Diário De Notícias, Rio de Janeiro, 2 de jul. 1872. BN/RJ apud Cerqueira, p. 106, 2019).

De acordo com a autora, o termo “ditadura”, para o redator do jornal, se refere ao uso da imprensa por parte do governo imperial para controlar a liberdade de expressão em meios aos acontecimentos da época. Sobre isso, Cerqueira (2019), afirma que houve uma delegação de funções na tarefa de construção de uma ideologia identitária de nação que coube, em parte, aos intelectuais que tinham acesso aos instrumentos de circulação cultural escrita da época. No entanto, a ideia unionista de nacionalidade à maneira do governo imperial não prevaleceu, sendo amplificada, discutida e perpassada por diferentes identidades políticas e de grupos reivindicatórios da época, conforme os interesses de cada um. Em suma, de acordo com a autora, a identidade como estratégia política foi um projeto que possibilitou uma integração da população tendo a Guerra do Paraguai como elo, pois permitiu uma identificação coletiva estimulada pelos apelos ideológicos dos jornais (Cerqueira, 2019, p. 109), mesmo que a longo prazo não tenha sido sólida o bastante para manter a monarquia no poder.

Em relação à Bahia, também é possível identificar jornais críticos e satíricos a respeito do conflito contra o Paraguai, ainda que em menor expressão, como é possível observar na imagem abaixo:

Figura 2 – trecho da matéria “Protesto”, edição 13 do jornal *Os Defunctos* (1869)



Infamia é a do medico venal que encarregado de inspeccionar os escravos comprados pelo mais immoral governo para a guerra do Paraguay, só julga apto para semelhante serviço aquelle, de cujo senhor recebe não importa que quantia! Infamia é a do homem que, infro-

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Um ano após a publicação dessa matéria, a crise do sistema monárquico e do sistema escravista se aprofundou com o lançamento e divulgação do Manifesto Republicano (1870), a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), a fundação do Partido Republicano (1872) e a chegada de imigrantes europeus e asiáticos para ocupar o lugar de escravizados nas lavouras de café e indústrias do país a partir de 1874, entre outros acontecimentos. Logo, a partir do exposto, é possível compreender o recorte histórico-temporal apresentado por Amélia Rodrigues em seu romance, bem como identificar onde a sua crítica se encontrava perante todos os discursos e disputas partidárias presentes na rede de interesses movidos por diferentes grupos políticos que se apropriaram do acontecimento da guerra para criar caminhos diferentes a respeito da identidade de nação e cultura brasileira na segunda metade do século XIX. Segundo Cerqueira (2019, p. 78):

Para que tudo isso se concretizasse, os intelectuais por trás das publicações faziam essa mediação criando um universo simbólico, presente em elaborações discursivas como forma de legitimar um poder e uma autoridade. Todo esse discurso imbuído de um aparato ideológico transpõe e reflete uma consciência no indivíduo que não é produto do individual, mas de aspirações da rede de sociabilidade desta sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, é possível compreender que, tanto quanto os discursos políticos e jornalísticos, a literatura também não escapou a esse contexto de construção do que poderia vir a ser nacional, principalmente com o embate entre progresso e manutenção de tradições exacerbado pela conjuntura da guerra. Em relação ao romance *O mameluco* isso pode ser compreendido também a partir da presença e do entrelaçamento das estéticas romântica e realista, na medida em que a autora apresenta uma crítica aos aspectos sociais e políticos da época dentro de uma estrutura de romance herdada de décadas anteriores a sua publicação.

Ademais, outro ponto de importante discussão foi a intervenção da guerra na conjuntura econômica e, conseqüentemente, no sistema escravista do período. Mesmo com o discurso de alforria vinculado aos negros que se voluntariassem, por meio do senhor de terras e/ou posses a que estavam vinculados, foi perceptível como o conflito também atuou para a continuidade da exploração e dominação sobre os indivíduos não brancos por meio da

filiação direcionada e, muitas vezes, forçadas de membros para compor as fileiras dos batalhões.

Ou seja, a estrutura escravista herdada do colonialismo esteve presente na própria formação de pensamento da época, sendo ela evidenciada na linguagem com que os escritores dispunham para recriar tal realidade na literatura e para pô-la em discussão quando da circulação de seus escritos, por vezes atuando em uma ambivalência no que diz respeito à crítica ao preconceito vigente e à defesa da figura do negro, ao mesmo tempo em que não conseguiam se desfazer das ideias estereotipadas a respeito desses indivíduos, de modo que a presença deles em muitos romances acaba por reforçar a situação em que se propõe denunciar.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, H. D.; NASCIMENTO, J. F.; FIGUEIREDO, M. G. B.; SAMPAIO, J. B. A Governança Política no Comitê de Bacia do Rio Paraguaçu. *Redes*, v. 25, n. 3, p. 1164-1184, 28 set. 2020.

Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/15243>. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. s/d. Disponível em: <https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CERQUEIRA, M. H. S. R. *Embates Ideológicos: a manipulação dos discursos político-partidários nos jornais*. In: CERQUEIRA, Monique Hellen Santos Reis. *Entre cartas e jornais: os discursos sobre a Guerra do Paraguai (1864-1870) como uma afirmação identitária*. 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/12527>. Acesso em: 21 jul. 2023.

GÓES BENEVIDES, J. L.; LONTRA FAGUNDES, B. F. O paternalismo escravista em perspectiva na literatura: contrapontos entre o Demônio Familiar e Úrsula. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 107-126, 2019. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/10490>. Acesso em: 5 set. 2023.

JÚNIOR, O. S. F. Conflitos Político-Eleitorais que Marcaram a Província da Bahia Durante a Guerra do Paraguai. *PerCursos*, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1559>. Acesso em: 20 jul. 2023.

KRAAY, H. Os companheiros de Dom Obá: os zuavos baianos e outras companhias negras na guerra do Paraguai. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 46, 2012. DOI: 10.9771/aa.v0i46.21264. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21264>. Acesso em: 22 jul. 2023.

MATTOS, W. *Panorama econômico da Bahia (1808-1860)*. 2 ed., Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, Associação Comercial da Bahia, 2011. (Col. Comércio Baiano Vol. 3)

MUÑOZ, J. F. T. "A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA LITERATURA OITOCENTISTA BRASILEIRA À LUZ DO PÓS-COLONIALISMO." *Brasil/Brazil*, 1 jul. 2019, p. 87–102. Disponível em: seer.ufrgs.br/brasilbrazil/article/view/95014. Acesso em: 10 set. 2023.

PAIVA, E. França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

QUEIROZ, M. B. Amélia Rodrigues e a Escrita das Mulheres do Século XIX. In: RODRIGUES, Amélia. *O mameluco: romance brasileiro*. Salvador, BA: Boto-cor-de-rosa livros arte e café, 2022, p. 137-220.

RODRIGUES, A. *O mameluco: um romance brasileiro*. Salvador, BA: Boto-cor-de-rosa livros arte e café, 2022.

RODRIGUES, M. S. *Os (In)voluntários da pátria na Guerra do Paraguai (A participação da Bahia no conflito)*. 2001. 166 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA 2001. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/4_os_in_voluntarios_da_patria_na_guerra_do_paraguai_.a_participacao_da_bahia_no_conflito.pdf. Acesso em: 24 jul. 2023.

SANTOS, A. C. V. R. A natureza dos românticos brasileiros: uma leitura da sociologia ambiental. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 38, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4101>. Acesso em: 18 ago. 2023.

SCHWARCZ, L. M. Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. *Sociol. Antropol.* 4 (2), Jul-Dec, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752014V425>. Acesso em: 19 ago. 2023.

SILVA, D. M. G. *Compram-se soldados! Os libertos da província da Bahia na Guerra do Paraguai*. 2016. 104 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/unirio/11144>. Acesso em: 24 jul. 2023.

VAZ SAMPAIO, M. G. As guerras dos anos 1860 e a recuperação econômica da Província da Bahia. *Revista Crítica Histórica*, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 275–297, 2019. DOI: 10.28998/rchvl10n20.2019.0014. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/8844>. Acesso em: 20 jul. 2023.

Recebido em 06 de janeiro de 2024.

Aprovado em 25 de julho de 2024.

